



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001037-74.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Exibição - Medida Cautelar**
 Requerente: **CESAR HENRIQUE DALL ANTONIA**
 Requerido: **Itaú Unibanco S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

CESAR HENRIQUE DALL ANTONIA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Exibição em face de Itaú Unibanco S/A, também qualificado, alegando ter firmado contrato de financiamento com o réu, no qual entende tenha havido cobranças indevidas, de modo que pretendendo realizar dita conferência reclamou a obtenção de cópia inclusive por notificação entregue com AR, não obstante o que não teria obtido o documento, cuja exibição reclama pela presente ação.

O réu contestou o pedido postulando a suspensão do curso da ação até o julgamento do REsp nº 1.349.453/MS, conforme determinação do Superior Tribunal de Justiça, enquanto no mérito destacou que o documento poderia ter sido obtido por cópia junto ao site do banco, serviço pelo qual nenhuma tarifa é cobrada, destacando mais que a notificação a que se refere o AR juntado pelo autor foi enviada por terceiro e sem procuração com poderes para reclamar o documento, além do que contém endereço errado e não foi recebida, de modo que postula a inversão da sucumbência para impor ao autor a condenação respectiva.

O autor replicou sustentando que o réu nunca o informou sobre a disponibilidade do site e que a notificação não foi atendida, não obstante o tempo decorrido até a propositura da ação, reiterando os pleitos da inicial.

Este Juízo proferiu decisão de suspensão do processo, contra a qual o réu opôs embargos de declaração.

É o relatório.

Decido.

Preliminarmente, conheço dos embargos de declaração para indicar que, de fato, a postulação do réu referia-se ao REsp nº 1.349.453/MS, e não ao REsp. nº 1.304.736, de modo que, em princípio, poderia pensar-se em ser caso de acolhimento dos embargos.

É preciso considerar, contudo, que o REsp nº 1.349.453/MS, apontado pelo réu, já foi julgado pelo C. Superior Tribunal de Justiça, representativo de recursos repetitivos, pacificando o entendimento sobre a questão da propositura de ação cautelar de exibição de documentos bancários (cópias e segunda via de documentos) sujeitar-se à “*comprovação de prévio pedido à instituição financeira não atendido em prazo razoável, e o pagamento do custo do serviço conforme previsão contratual e normatização da autoridade monetária*”, atento a que, “*se não houver a iniciativa de seu cliente de pedir na agência de relacionamento, pelos canais adequados, a emissão de segunda via dos documentos já fornecidos, não há como se considerar configurada resistência do banco e, portanto, interesse de agir que justifique a movimentação do*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Poder Judiciário para a solicitação dos documentos comuns” (cf. REsp. nº 1.349.453/MS - 2ª Seção - 10/12/2014 ¹).

No mesmo sentido o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: “**CAUTELAR. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. Contrato de financiamento de veículo. Interesse de agir. Necessidade de requerimento administrativo prévio ao banco. STJ, Recursos Repetitivos, REsp nº 1.349.453/MS. Requisito não preenchido. Interesse de agir não configurado. Sentença reformada para extinguir o processo sem resolução do mérito por carência de ação. Recurso do Apelante-requerido provido, prejudicado o recurso do Apelante-requerente” (cf. Ap. nº 1018187-79.2013.8.26.0100 - 12ª Câmara de Direito Privado TJSP - 30/03/2015 ²).**

Ou seja, já não haveria razão alguma para a suspensão do processo e, portanto, não haveria o que se declarar, senão reconsiderar a própria decisão.

Portanto, passando à aplicação do entendimento sufragado pelo Superior Tribunal de Justiça, acima transcrito, ao caso destes autos, o que se vê é que o autor requereu administrativamente cópia do documento, e que, depois, não obstante as impugnações do réu, o documento foi exibido com a contestação, conforme pode ser conferido às fls. 42/46, de modo que, atingida a finalidade da ação que é a exibição em si, todo o mais parece-nos prejudicado discutir.

Restaria a questão da sucumbência à análise, atento a que o banco réu justifica o não atendimento da notificação ao fato de que requerida em nome de terceiro que não o autor e, ainda, por ter sido remetida a endereço incorreto.

A leitura do documento de fls. 15/16, entretanto, deixa ver que tanto o pedido como o AR estão em nome do autor.

Dizer que o endereço está incorreto, não pode ser admitido, pois o endereço é aquele constante do carnê de pagamento do financiamento, emitido pelo réu.

Finalmente, dizer, como faz o réu em contestação, que o prazo concedido foi por demais exíguo, equivale a ignorar que a notificação foi recebida em dezembro de 2014 e a ação ajuizada em fevereiro de 2015, o que indica lapso temporal mais que suficiente para o atendimento, de modo que ficam rejeitadas as escusas.

É de se ver, porém, que o não atendimento à notificação do autor, pelo réu, por si, já justifica a condenação na sucumbência: “*Medida cautelar de exibição de documento. Preliminar afastada. Pedido administrativo não atendido. Resistência configurada. Dever de exhibir. Sucumbência devida a cargo do Banco-requerido. Princípio da causalidade. Aplicação do art. 20, § 4º do CPC. Critérios do § 3º do referido artigo. Montante bem fixado. Recurso desprovido” (cf. Ap. nº 0008595-82.2014.8.26.0297 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 23/04/2015 ³).*

À vista do exposto, cumprirá ao réu arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação e DOU POR SATISFEITA a exibição de documentos requeridas por CESAR HENRIQUE DALL ANTONIA contra Itaú Unibanco S/A, e em consequência CONDENO o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, na forma e condições acima.

Defiro o desentranhamento, pelo autor, dos documentos exibidos, mediante manutenção de cópia autêntica nos autos, à suas expensas.

Providencie-se a correção do polo passivo para que nele conste BANCO

¹ www.stj.jus.br/SCON.

² www.esaj.tjsp.jus.br.

³ www.esaj.tjsp.jus.br.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ITAUCARD S.A , com as anotações de praxe.

P. R. I.

São Carlos, 24 de abril de 2015.

VILSON PALARO JÚNIOR
Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**